



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA Nº 294 DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP – ANO 2024 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro (15/05/2024) às 13h (treze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reunião do IPI, os conselheiros titulares a seguir, devidamente nominados: Constância da Silva Anacleto (ASPAMI), Marcia Bertoldi Pereira (GOVERNO), Vitor Paul Woyakewicz (IPI) e Willian Meurer (CVI). Diante da ausência justificada dos conselheiros Antônio Carlos Cunha (ASPAMI) e Fernando Castellón Filho (SINDIFOZ), exerceram a titularidade da vaga os conselheiros Dulcinéia Sabino (ASPAMI) e Francisco Eduardo Johannsen (SINDIFOZ). Compondo o quórum, estava presente ainda o conselheiro suplente João Alberto da Silva (ASPAMI). Consigna-se a presença da Diretora-Presidente do IPI, Sra. Maria Elisabeth Bittencourt, da Diretora de Previdência, Sra. Cintia Carla Fernandes Lenoir, do Diretor de Investimentos, Sr. Jean Polidoro, e dos seguintes convidados do Conselho Municipal de Educação de Itajaí (COMED): Silvano Pedro Amaro, Presidente, e Juliano Roberto Flôr, assessor do Conselho. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA N. 293 DO CMP:** Os membros do CMP fizeram a conferência da ata nº 293, vinculada à reunião ordinária do mês de abril de 2024, sendo aprovado o documento por unanimidade. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: PAUTA DO IPI:** A Diretora-Presidente do IPI agradeceu a presença dos conselheiros, e ressaltou que um Conselho atuante e eficaz sempre contribui para o aprimoramento da gestão do IPI. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: PAUTA DOS DIRETORES DO IPI, COM APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS:** A Diretora de Previdência, Sra. Cintia Carla Fernandes Lenoir, apresentou o relatório de atuação da sua pasta e os números do Departamento de Benefícios no período de 1º de janeiro a 13 de maio de 2024. Foram, ao total, cento e vinte e quatro novos processos/requerimentos, trinta e oito averbações, catorze abonos de permanência, onze pensões por morte, duas aposentadorias compulsórias, doze aposentadorias por idade, trinta e oito aposentadorias por idade e tempo, cinco aposentadoria por invalidez, seiscentos e cinquenta e sete

atendimentos presenciais, quinhentos e sessenta e quatro atendimentos remotos (via aplicativo de mensagens WhatsApp), além de onze reuniões e setenta atendimentos individuais no projeto IPI Itinerante. O Diretor de Investimento, Jean Polidoro, iniciou a sua explanação falando sobre a necessidade de adiamento do encontro do CMP com a equipe da Grid Investimentos, agente de investimentos (gestores e fundos) do IPI, uma vez que os profissionais residem no Rio Grande do Sul e enfrentaram problema em razão das chuvas e alagamento da casa de um dos seus representantes. A reunião foi adiada, com pré-agendamento para o mês de julho do corrente ano. Sobre os investimentos do IPI, o Diretor informou que o mês de abril foi ruim no cenário econômico, com alteração do arcabouço fiscal pelo governo e manutenção dos juros pelo FED/EUA. Nesse cenário negativo, a carteira de investimentos do IPI ficou com +0,2% (a meta atuarial era de +0,8%). No acumulado do quadrimestre, a carteira acumula uma rentabilidade de +3,48%, com meta atuarial em +3,51%. Acerca do impacto econômico pelas chuvas do Rio Grande do Sul, frisou-se que o estado é um grande produtor de grãos e, por isso, o governo federal já fez um pacote de intervenção, com importação de produtos agrícolas. O Brasil está, atualmente, com um estoque muito baixo de arroz. Além da importação, haverá subsídio para não elevar preço, com risco de inflação. O PIB do ano de 2024, que estava projetado em +2%, já foi reduzido, em uma nova expectativa, para +1,8%. A indústria automobilística depende, por exemplo, de insumos produzidos pelo Rio Grande do Sul e que já estão em falta. A troca da presidência da Petrobrás também expõe um cenário econômico ruim, por mostrar a intenção de controle e intervenção do governo federal sobre a estatal. Houve queda no valor das ações, mas a cotação deve voltar ao patamar normal após alguns dias. É um cenário que tem se repetido ao longo dos anos, e a administração da Petrobrás depende, atualmente, de um conselho. As decisões não são todas individuais e centralizadas em seu Presidente. Informou também o Diretor que, no dia de hoje, foram depositados 22 milhões de reais no caixa do IPI a título de juros por títulos da dívida pública. Em razão do cenário econômico, o valor será investido em renda fixa. O cenário de guerra e a oscilação do preço do petróleo também são pontos importantes. Outro item a ser debatido na presente reunião é a normativa sobre o processo de seleção dos fundos de investimento. Hoje, por lei, nós temos o credenciamento do gestor, que cuida de vários fundos. Exemplo: grupo gestor Bradesco. É inviável exigir um credenciamento específico por fundo (e não mais por gestor). Os Tribunais de Contas estão fazendo algumas exigências que não correspondem às determinações legais. É um debate importante que tem sido enfrentado em congressos acadêmicos e pelos próprios regimes próprios de previdência. Hoje, o credenciamento é por grupo gestor, que

oferece/negocia os seus produtos por distribuidores. A responsabilidade é do gestor. As escolhas, por sua vez, são sempre motivadas, conforme a política institucional de investimento. O “gestor” credenciado faz a gestão e é o titular dos produtos. O “distribuidor” é o que vende, oferece e visita os clientes. O “administrador” cuida da parte burocrática do fundo (assessoria jurídica, por exemplo). O “custodiante” é o que registra o ativo, seja no Tesouro Nacional ou Selic. O Grupo Bradesco, por exemplo, pode exercer todas as funções, mas com CNPJ’s diferentes, e não no mesmo fundo. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: IPI ITINERANTE NA EDUCAÇÃO. PRESENÇA DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE SILVANO PEDRO AMARO E DO ASSESSOR JULIANO ROBERTO FLÔR, AMBOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** A Diretora-Presidente do IPI iniciou a sua fala esclarecendo que a autarquia possui trabalhos/projetos institucionais e que, agora, já estão previstos em seu estatuto. Cada servidor público, atualmente, ao iniciar a carreira já tem contato direto com o IPI. É um dos procedimentos na fase de nomeação e posse no cargo público. O objetivo é instruir o servidor com informações sobre a sua carreira, previdência, funcionamento do IPI, prazos, noções básicas e censo. Há projetos também que envolvem as fases da pré-aposentadoria, pós-aposentadoria e o IPI Itinerante. O grande desafio atual é alcançar a Secretaria de Educação, uma vez que as demais unidades do Município já foram percorridas. Conforme os índices do Pró-Gestão e a tentativa de enquadramento do IPI em seu nível III, o intuito deve ser sempre a profissionalização da gestão. Uma das metas, inclusive, é a transparência e educação previdenciária. O servidor precisa ser informado. A responsabilidade é compartilhar com o servidor as informações de gestão e investimento. Atualmente, tem-se 7.580 servidores efetivos, 1.592 aposentados e 312 pensionistas. É preciso ter contato com o servidor. Quem faz a gestão? Como faz? Quem está à frente? São informações importantes para que o servidor possa até fiscalizar a atuação do IPI. Por isso, foram feitos três grandes projetos institucionais. No IPI Itinerante, o objetivo é aproximar o IPI dos servidores, visitá-los em seu local de trabalho. Na Secretaria de Educação, foram atendidos 1.580 servidores até o mês de junho de 2023, em horário correspondente à hora-atividade do professor. Os agentes, por sua vez, foram atendidos em seu contraturno. A partir do mês de julho de 2023, a Secretaria de Educação impediu esse convite e atendimento em hora-atividade, por orientação do COMED, uma vez que o projeto não estava no planejamento da educação. Com a paralisação, transferiu-se a agenda do projeto para a Secretaria da Saúde, que já foi atendida, mesmo com as dificuldades dos plantões. Falta agora, na Secretaria de Educação, o atendimento a aproximadamente 600 servidores, principalmente na área da educação infantil. O segundo

projeto, Novos Rumos, abarca a realização de palestras de médicos, psicólogos e nutricionistas. São doze horas de atividades, sem prejudicar a rotina de trabalho. O alcance é de aproximadamente 120 servidores por ano, sempre no segundo semestre. Há problema novamente na Secretaria de Educação. Os servidores não puderam ser atendidos, por não ter ocorrido a inclusão do projeto no planejamento e cronograma da pasta. O terceiro projeto diz respeito aos servidores novos que ingressam no serviço público. Foram 1.769 servidores novos, com ingresso após 2019. São servidores novos que entraram após o IPI Itinerante e que precisam ser alcançados. O projeto se desenvolve com palestras de quarenta minutos, discutindo o que é o IPI, perícia, regras de aposentadoria. É a transmissão do conhecimento básico. A grande questão, agora, é como alcançar a Secretaria de Educação? Como fazer isso? Dá para usar a hora-atividade? Se for um simples convite, o servidor infelizmente não comparece. Se for uma convocação fora do horário de trabalho, precisaria pagar hora extraordinária. É uma situação difícil. O que fazer? Feitas essas observações pela Diretora-Presidente do IPI, o Presidente do Conselho Municipal de Educação, Silvano Pedro Amaro, esclareceu que é titular do cargo de supervisor em Itajaí (portanto, integra também o regime próprio de previdência) e, atualmente, está como Presidente do colegiado. Agradeceu o convite e ressaltou que, em determinadas matérias, o Conselho é opinativo; em outras, o Conselho é deliberativo na sua área de atuação. Nessa situação específica do projeto IPI Itinerante, a manifestação do COMED foi a título opinativo/orientativo, incumbindo à Secretaria de Educação a tomada de decisões. Destacou também o Presidente que a “hora-atividade” do magistério é, por sua essência, fora da interação com o aluno e volta-se à destinação de atividades e planejamento da docência. O Conselho não é contra a realização de projetos do IPI, mas orienta a respeito da natureza da hora-atividade, por imposição legal. O melhor diálogo seria diretamente entre o IPI e a Secretaria de Educação. Uma das alternativas é a disponibilização de cartilhas digitais para os servidores, fora do horário de trabalho. Na Secretaria de Educação, tem-se aproximadamente três mil servidores, sendo um mil e quinhentos professores. Ou seja, 50% dos servidores têm hora-atividade e 50% não têm. A recente Lei n. 7.637, de 11 de abril de 2024, até estabeleceu “que os professores da rede pública municipal de Itajaí poderão realizar a hora atividade em casa (home office) para planejamento de atividades, preparação de materiais, participação de reuniões e formações on-line”. A Secretaria de Educação fez o regramento e a disciplina interna da matéria (Instrução Normativa n. 01/2024), mas, em relação ao IPI, a nova lei não modifica o problema. Seja na modalidade presencial, remota ou híbrida, o grande debate é se os projetos do IPI podem ou não ser realizados no tempo da hora-atividade dos servidores.

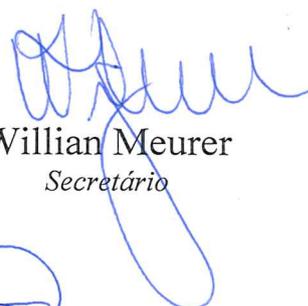
O objetivo do IPI, conforme a sua Diretora-Presidente, é convocar o servidor no horário da jornada de trabalho. Alcançar cem por cento dos servidores ou o índice mais próximo possível disso. Os representantes do COMED sugeriram, então, uma consulta à Procuradoria para saber se é possível ou não incluir os projetos do IPI no cômputo da hora-atividade dos servidores, como formação continuada. O COMED não é quem autoriza ou não. Nesse debate, a atuação é consultiva. Outra proposta a ser analisada diz respeito ao “dia da parada pedagógica”. É um dia já previsto no calendário com a paralisação das escolas e a realização de reuniões internas. É possível usar uma parte desse horário para o desenvolvimento dos projetos do IPI? Pode-se encaminhar uma solicitação nesse sentido para a Secretaria de Educação. Em resumo, após o diálogo com os representantes do COMED, foram duas as principais sugestões: (I) Consulta à Procuradoria-Geral do Poder Executivo para saber se os projetos do IPI alinham-se ou não ao conceito da hora-atividade do magistério, como formação continuada; e (II) Solicitar a inclusão dos projetos do IPI na programação do “dia da parada pedagógica”. Justificar a impossibilidade de desenvolver os projetos de forma remota/eletrônica (por exigir a análise de documentos) ou fora do horário de trabalho. Precisaria requerer o enquadramento desses projetos no calendário da Parada Pedagógica. Encerrados os debates, a Diretora-Presidente do IPI agradeceu a presença e o diálogo com os representantes do COMED, que, por sua vez, agradeceram também a acolhida e colocaram-se à disposição.

QUINTO ASSUNTO DO DIA: APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL: Apresentada a versão final a todos os Conselheiros, houve a aprovação por unanimidade, com a sua respectiva homologação.

SEXTO ASSUNTO DO DIA: ASSUNTOS GERAIS: (I) Consignou-se mais uma importante premiação recebida pelo IPI. No 2º Congresso Nacional de Conselheiros Previdenciários e Gestores Públicos, realizado no período de 21 a 24 de abril, a Diretora-Presidente do IPI e a Conselheira Marcia Bertoldi Pereira receberam, em nome do IPI, o 6º Prêmio Nacional de Inovação Previdenciária, com o 4º lugar na categoria Relacionamento com a Sociedade. Em breve, o IPI também receberá a premiação de 4º lugar na categoria Investimento, pelo Prêmio Destaque Brasil de Investimentos ABIPEM; (II) O Conselheiro Francisco Eduardo Johannsen trouxe também uma situação para o colegiado que entende irregular e solicitou a atuação do IPI. Uma das servidoras que integra o Conselho Fiscal e é titular do cargo de Técnica em Enfermagem não tem sido liberada pela Secretaria da Saúde para exercer as suas atribuições no Conselho e, inclusive, participar de capacitações. O problema estaria no cômputo da jornada de trabalho e na liberação dos plantões, quando necessário. Compartilhou-se o assunto e a

Diretora-Presidente do IPI comprometeu-se em fazer esse trâmite institucional com a Secretaria de Saúde; e (III) Em relação ao processo licitatório da construção da nova sede do IPI, informou-se que houve a assinatura do contrato com a empresa vencedora (Construtora Richter) e a expedição da ordem de serviço. A previsão de entrega da nova sede foi adiantada para o dia 15 de novembro do corrente ano. Sendo o que foi discutido, eu, Willian Meurer, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 15 de maio de 2024.

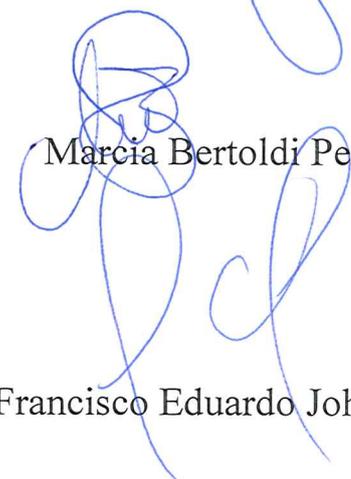

Vitor Paul Woyakewicz
Presidente


Willian Meurer
Secretário


Dulcineia Sabino


Marcia Bertoldi Pereira


Constância da Silva Anacleto


Francisco Eduardo Johannsen


João Alberto da Silva